



“Alto Minho: Desafio 2020 - Uma Região Atrativa”

24 Outubro 2012, Ponte de Lima, Teatro Diogo Bernardes

Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Economia e
Desenvolvimento Regional
Álvaro Santos

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima,
Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho,
Senhor Presidente do Conselho Regional do Norte,
Senhores Presidentes de Câmara Municipal,
Senhor Presidente da CCDR do Norte,
Senhor Presidente da Fundação de Serralves,
Senhor Professor Augusto Mateus,
Demais autoridades,
Senhores empresários,
Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Gostaria de começar por apresentar uma saudação especial a todos os presentes e deixar uma mensagem de felicitações do Senhor Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, Dr. António Almeida Henriques.



Devido a compromissos decorrentes do exercício das suas funções, não lhe é possível estar aqui, como seria do seu interesse institucional e gosto pessoal.

Desde logo, pelo reconhecimento que faz do importante papel do intermunicipalismo no presente e no futuro das políticas de desenvolvimento económico regional.

O aprofundamento deste diálogo e deste racional é irresistível.

O desenvolvimento precisa dos seus ecossistemas. «Toda a força é fraca se não for unida.»

As comunidades intermunicipais são um agente estruturante do ecossistema do desenvolvimento regional e local. As que assumem liderança, interpretam as suas responsabilidades.

O intermunicipalismo não subtrai, nem soma: multiplica. Confere dimensão, relevância, maior inteligência e maturidade às políticas locais.



Por isso me pede o Senhor Secretário de Estado que vos reitere, nestas palavras, a importância que reconhece à vossa iniciativa, a cujo lançamento teve o gosto de presidir, em janeiro passado.

O seu caráter participativo é, em si mesmo, um mérito e um ganho. Para o Alto Minho, para a Região Norte e para o País.

Mas mais do que queixumes autocentrados e lamentos quixotescos, em que somos tão pródigos, esperam-se ideias e propostas mobilizadoras, no plano social e no plano económico.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

As muitas dificuldades do presente não podem toldar a nossa capacidade para antecipar o futuro e preparar a ação. Não fazê-lo é já hipoteca-lo.

Em tempos de crise e exigência, não há que recuar ou temer, mas encontrar novas respostas e novas armas.



A preparação do “Novo QREN” está em curso. País e regiões precisam de eger desígnios, políticas, estratégias e investimentos de crescimento económico e criação de emprego.

Também por isso, há umas semanas atrás, o Senhor Secretário de Estado desafiou as cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional a desenvolverem iniciativas regionais de estratégia e preparação do próximo quadro de políticas e programas comunitários.

Estas iniciativas serão também responsáveis por integrar as estratégias e as propostas que, ao nível das Comunidades Intermunicipais, estão a ser ou serão preparadas.

O Governo vai criar, a breve trecho, no âmbito do QREN, medidas de estímulo ao desenvolvimento destas iniciativas, garantindo a sua integração e uma base territorial coerente.

Por isto, esta vossa iniciativa não é nem precoce nem tardia. Aproximamo-nos da “hora h” da preparação de Portugal para um “novo QREN”, para o período 2014-2020.



Estamos a menos de um ano do “Acordo de Parceria” que teremos de estabelecer com a Comissão Europeia, juntamente com a arquitetura dos respetivos Programas Operacionais.

Com duas ressalvas muito importantes, que não devem ser desvalorizadas.

Por um lado, o conjunto regulamentar de requisitos e condicionalismos é muitíssimo superior ao do passado.

Por outro, o quadro de orientações temáticas é muitíssimo mais concentrado e seletivo.

Ou seja, **muito pouco ou quase nada será como dantes.**

O Senhor Comissário da Política Regional estará, aliás, em Portugal no próximo dia 8 de Novembro, para apresentar as prioridades que a Comissão Europeia recomenda a Portugal no novo ciclo 2014-2020.

Seguramente, não deixará de assinalar esta mensagem, pelo lado da Comissão.



Aproveito a ocasião para sugerir a participação no encontro público que Governo e Comissão Europeia vão promover, nesse dia, para assinalar o arranque formal dos trabalhos de preparação e debate público do “Novo QREN”.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

O Governo enfrenta uma negociação nada fácil nas perspetivas do Quadro Financeiro Plurianual, já no próximo mês de Novembro.

Os tempos são adversos no financiamento do projeto europeu e reclamam sentido de responsabilidade.

O Governo Português está determinado em ver reconhecido o primado da Política de Coesão e usará de todos os argumentos nessa defesa.

A realidade e os erros do passado encarregaram-se, porém, de reclamar novas prioridades e outras apostas.



O “Novo QREN” será um instrumento voltado para o reforço da competitividade, para a inovação e a internacionalização.

Para o emprego, a reindustrialização e a valorização dos produtos do território.

A reprogramação estratégica que empreendemos nos fundos comunitários do atual QREN foi já consequente com essa visão.

A reprogramação estratégica do QREN reorientou mais de dois mil milhões de Euros de fundos para apoio às empresas e ao emprego.

Ninguém entenderia que assim não fosse.

Resultados concretos desta opção foram anunciados precisamente hoje, pelo Senhor Ministro da Economia e do Emprego.

Foi aprovado o maior pacote de incentivos QREN de sempre às PME das regiões de convergência, num total de 550 milhões



de Euros de financiamentos comunitários à inovação, qualificação e internacionalização.

Só na Região Norte, são mais de 600 as PME beneficiadas, num volume de apoios que ascende a 200 milhões de euros.

Mas a reprogramação estratégica do QREN não deixou também para trás projetos de relevo económico territorial.

Por esse motivo, e a título de exemplo, o Alto Minho viu viabilizados financiamentos de investimentos do “cluster do Mar”, numa decisão de Julho passado do Senhor Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional.

O Programa “VALORIZAR”, que será também lançado no âmbito da reprogramação estratégica do QREN, vai dar também um pulmão económico à política de desenvolvimento regional em zonas de baixa densidade.

Nomeadamente, na valorização de ativos territoriais.



A primeira medida foi já anunciada. O Governo irá lançar um “Sistema de Incentivos a Microempresas”, dotado com 25 milhões de Euros, para financiar a criação de empresas em concelhos de baixa densidade. Será uma linha simplificada.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Oito das onze prioridades da União Europeia para o ciclo de políticas 2014-2020 concentram-se nas esferas da Economia e do Emprego.

São essas prioridades:

- Reforçar a competitividade das PME;
- Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a inovação;
- Promover o emprego e a mobilidade laboral;



- Investir na aprendizagem ao longo da vida;
- Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono;
- Promover a eficiência energética;
- Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas;
- Estimular o acesso, utilização e qualidade das Tecnologias da Informação e da Comunicação.

Não subsistam, portanto, dúvidas: o atual QREN foi o último quadro comunitário de um apoio maciço a infra-estruturas.

Nem a espiral de aumento do desemprego e, em particular, do desemprego jovem, nem a insustentabilidade do endividamento das administrações públicas, deixam margem para outra opção.



Os atuais riscos recessivos e as ameaças de uma retoma mais difícil tornam ainda mais relevante a aplicação do “Novo QREN”, mas colocam também todo o foco na necessidade de uma viragem das nossas apostas.

É na recuperação, no crescimento, no emprego e na valorização económica dos nossos territórios que temos de radicar as nossas apostas.

E Portugal apresenta, ainda, disparidades regionais muito significativas, que importa vencer.

Algumas das regiões nacionais figuram na lista das mais pobres da União, apesar do excepcional potencial que lhes é reconhecido. É o caso da Região Norte.

Em dez anos de coesão, o Minho-Lima convergiu mais de 3 pontos no índice de PIB per capita médio da União Europeia, mas sem sair da situação de divergência estrutural em que se encontra.

Esta é uma questão vital.



Os fundos comunitários são o principal e, porventura, o único instrumento poderoso de apoio à coesão, que é antes de tudo de ordem económica. De oportunidades de vida, emprego e prosperidade.

Este é um desafio que cabe aos territórios, que devem por em funcionamento o triângulo virtuoso que junta os vértices do Poder Local, das Empresas e da Ciência e Cultura.

Regiões e Municípios, Empresas e suas associações, Sistema Científico e tecido cultural devem mobilizar-se neste desígnio. **Todos fazem parte.**

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Os temas e os contributos que aqui hoje foram assinalados neste seminário - da atratividade territorial e da valorização das economias locais, incluindo as do mar, do turismo, dos espaços rurais, da cultura e da criatividade - têm grande relevância.



O relançamento económico e do emprego sustentável depende, e muito, de uma política forte de desenvolvimento territorial.

O Senhor Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional estimula-vos, por isso, a prosseguir este exercício, na expectativa dos seus resultados.

No Governo, seremos consequentes e um parceiro disponível para o diálogo e o trabalho.

Muito obrigado.